



Processo n.º 7441/ 2018

AUTORIZAÇÃO N.º 5544/ 2018

Real Irmandade do Senhor Bom Jesus da Cruz, notificou um tratamento de dados pessoais resultante de videovigilância, com a finalidade de proteção de pessoas e bens, a realizar nas suas instalações com a designação Templo do Senhor Bom Jesus da Cruz e endereço Largo da Porta Nova 4750-329 Barcelos

O sistema é composto por 10 câmaras, colocadas nos seguintes locais:

Pontos de acesso a partir do exterior/ Zona de cofres/ Pontos de venda de artigos religiosos.

Há visualização das imagens em tempo real.

Há transmissão das imagens para o exterior do local da instalação do sistema.

A CNPD já se pronunciou na sua Deliberação n.º 61/2004, de 19 de abril ¹ sobre os princípios orientadores para o correto cumprimento da Lei de Proteção de Dados, em matéria de videovigilância, bem como as condições gerais aplicáveis ao tratamento de dados pessoais para a finalidade de proteção de pessoas e bens. Decorrem desses princípios, bem como da lei laboral e da jurisprudência, os seguintes **limites ao tratamento**:

- **Não é permitida a recolha de som;**
- **A recolha de imagens deve confinar-se à propriedade do responsável, não podendo abranger imagens da via pública ou de propriedades limítrofes;**
- **Apenas a recolha de imagens nos locais declarados está abrangida pela presente autorização, não podendo, em circunstância alguma, serem recolhidas imagens no interior do local de culto.**

O tratamento em análise, com as limitações referidas, é adequado, pertinente e não excessivo face à finalidade declarada (cf. artigo 5.º, n.º1, alínea *b*), da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, alterada pela Lei n.º103/2015, de 24 de agosto - LPD) e à atividade desenvolvida.

O tratamento de dados pessoais efetuado no âmbito da videovigilância enquadra-se no conceito de vida privada, previsto no artigo 7º, n.º 2, da LPD. O artigo 31.º da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, constitui o fundamento que legitima a instalação destes sistemas.

Assim, com os limites fixados, autoriza-se o tratamento notificado ao abrigo do disposto nos artigos 7.º, n.º 2, 28.º n.º 1, alínea *a*), 29.º e 30.º, n.º 1.º da LPD, nos seguintes termos:

Responsável	Real Irmandade do Senhor Bom Jesus da Cruz
--------------------	--

¹ Disponível em www.cnpd.pt/bin/orientacoes/principiosvideo.htm



Finalidade	Proteção de pessoas e bens	
Categoria de dados pessoais tratados	Imagens captadas pelo sistema.	
Forma de exercício do direito de acesso	Por solicitação Presencial/ ao responsável no seguinte endereço/contacto: Rua D. Diogo Pinheiro, n.º 50 4750-282 Barcelos	
Comunicação das imagens	<p>As imagens só podem ser transmitidas no termos da lei processual penal. Detetada a eventual infração penal, o responsável deverá, juntamente com a participação, enviar à autoridade judiciária ou ao órgão de polícia criminal competentes as imagens recolhidas.</p> <p>Noutras situações em que as autoridades solicitem acesso às imagens, tal só poderá ocorrer, no âmbito de processo judicial devidamente identificado, em cumprimento de despacho fundamentado da autoridade judiciária competente.</p> <p>Fora destas condições não pode o responsável comunicar as imagens.</p>	
Interconexões	Não há	
Fluxo transfronteiriço para países terceiros	Não há	
Conservação dos dados	30 dias	
<p>Qualquer pessoa abrangida pela gravação das imagens (titular dos dados) tem o direito de a elas aceder (artigo 11º, n.º 1, da LPD), salvo se as imagens estiverem a ser utilizadas no âmbito de investigação criminal, situação em que o pedido do titular deve ser endereçado à CNPD (n.º 2 do mesmo artigo).</p> <p>Ao disponibilizar as imagens ao titular dos dados, o responsável deve adotar as medidas técnicas necessárias para ocultar as imagens de terceiros que possam ter sido abrangidos pela gravação.</p> <p>De modo a garantir o direito de informação consagrado no artigo 10.º da LPD, deverão ser afixados em locais bem visíveis avisos informativos.</p> <p>O responsável deve adotar as medidas de segurança previstas nos artigos 14º e 15º da LPD. Independentemente das medidas de segurança adotadas pela entidade responsável pelo tratamento, é a esta que cabe assegurar o resultado da efetiva segurança das imagens.</p> <p>O responsável pelo tratamento deve, também, manter sempre atualizadas a data e hora das gravações.</p>		
Lisboa, 24-04-2018		



A presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Filipa Calvão'. The signature is fluid and cursive, with the first name 'Filipa' being more prominent than the last name 'Calvão'.

Filipa Calvão